
As cores das fronteiras urbanas. Segregação residencial e desigualdades “raciais” na Região Metropolitana do Rio de Janeiro

*Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro
Filipe Souza Corrêa*

O trabalho tem como objetivo avaliar a relação entre o contexto social de residência e a cor da população na explicação das desigualdades sociais decorrentes da segregação residencial na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). Buscamos contribuir na reflexão sobre as desigualdades “raciais” brasileiras descritas por outros pesquisadores.

De maneira mais precisa, o nosso interesse é saber se uma pessoa de cor

preta ou parda desfruta de condição social desigual em termos de oportunidades e de acesso a certos elementos de bem-estar social independentemente da posição ocupada na divisão social do território da RMRJ ou, ao contrário, se o contexto social constituído pelos processos de segregação residencial representa o filtro pelo qual as oportunidades e o bem-estar social urbano são distribuídos desigualmente entre os grupos de cor.

Posicionamento do problema: a segregação residencial e a questão racial brasileira

A questão anterior é pertinente, por um lado, na medida em que a literatura dedi-

cada à análise dos impactos das transformações econômicas nas grandes cidades

destaca o crescente papel da segregação residencial na explicação da reprodução das desigualdades sociais em função da articulação entre os mecanismos macrosociais de reestruturação do mercado de trabalho, de fragilização do universo familiar e de privatização do sistema de bem-estar social, e os micromecanismos relacionados ao isolamento socioterritorial dos grupos mais vulneráveis a essas mudanças. Vários autores, de correntes teóricas distintas, têm buscado descrever tal articulação reprodutora das desigualdades utilizando conceitos como *efeito vizinhança* (Katzman, 2001), *efeito do território* (Bidou-Zachariasen, 1996) ou *efeito do lugar* (Bourdieu, 1997).

Por outro lado, este artigo se inscreve no debate sobre a chamada *questão racial* brasileira, que vem sofrendo significativas mudanças desde o consenso nos anos 1930 acerca da existência de uma “democracia racial” no País. Com efeito, desde a segunda metade dos anos 1970, em função dos trabalhos empíricos de Hasenbalg (1979) e Silva (1978), vem ganhando legitimidade, no campo acadêmico e na sociedade, a percepção da existência de mecanismos reprodutores da desigualdade racial, não obstante a expansão de uma ordem competitiva no Brasil. Para um vasto conjunto de autores¹, tornou-se evidente que as desigualdades de condições e posições sociais entre brancos, pretos e pardos não podem ser atribuídas à sobrevivência, na sociedade de classes conformada pela industrialização, urbanização e mo-

dernização, dos efeitos da ordem estatutária do nosso passado escravagista, como postulado nos anos 1950 e 1960 por Bastide e Fernandes (1955) e Fernandes (1965). Atualmente, há forte consenso sobre a existência, no Brasil, de um *racismo sem racialismo* (Guimarães, 1999), isto é, de práticas discriminatórias nas interações interpessoais entre brancos, pretos e pardos e mecanismos estruturais de discriminação no acesso aos recursos que geram bem-estar social e no acesso a oportunidades sociais, que, no entanto, não se firmam em uma ideologia fundada na existência de raças biológicas e de suas naturais diferenças. A ausência desse componente ideológico teria tornado invisível o racismo entre nós, especialmente se considerarmos que a dimensão da cor da pele como critério de classificação e discriminação racial foi substituído por “tropos sociais” que se relacionam com a condição e a posição de marginalizados dos pretos e pardos na sociedade brasileira. Guimarães (1999) propõe investigar o modo como em cada momento da nossa história e em cada recanto do espaço social brasileiro esses “tropos sociais” são construídos, reconstruídos e usados para manter e reproduzir as desigualdades raciais. Os resultados dessa investigação seriam cruciais para o adequado entendimento do paradoxo da sociedade brasileira, que legitima práticas e mecanismos de racialização da hierarquia social conformada pelo mercado e pelas classes sociais. Em outros termos, tratar-se-ia de investigar como outras categorias classificatórias aparece-

¹ Na impossibilidade de apresentar uma completa resenha da reinterpretação do tema do racismo, citamos os trabalhos de sistematização elaborados por Antônio Sérgio Guimarães. Ver Guimarães (1999) e Guimarães e Huntley (2000).

riam como “sucedâneos simbólicos aos ‘negros’, como são, no sudeste brasileiro, os epítetos de ‘baianos’, ‘paraíba’ e ‘nordestinos’” (ibid., p. 123). Guimarães propõe também a investigação de três mecanismos que reproduzem, de forma invisível, as desigualdades raciais (ibid., p. 201). O primeiro refere-se à socialização realizada no plano da escola e da comunidade (relações de vizinhança) onde se concentram indivíduos portadores de determinadas características somáticas ou culturais consideradas socialmente desvalorizadas, que transforma esses valores em atributos individuais, mantendo a baixa auto-estima. O segundo atua na vida cotidiana e é materializado nas relações interpessoais nas quais práticas discriminatórias ou de exclusão, ainda que de forma polida e discreta, própria da nossa cultura da cordialidade, mantêm à distância os grupos pretos e pardos ou seus “tropos sociais”. Esse mecanismo certamente reforça o primeiro, na medida em que estende, para o espaço social mais amplo do que o das instituições socializadoras, a experiência da sociabilidade confirmadora da inferioridade e da desvalorização sociais. O terceiro mecanismo concerne às práticas discriminatórias institucionalizadas, que funcionam de maneira impessoal, baseadas em ações burocratizadas que ocorrem no mercado, como os preços das mercadorias e dos serviços, as qualificações formais ou tácitas exigidas, as características pessoais, os diplomas, a aparência, entre outras.

A cidade, os princípios que organizam o seu espaço social, o sistema classificatório que dispõe esse espaço como uma hierarquia, o sentido das interações

entre os indivíduos na vida cotidiana, as relações que mantêm com as instituições da cidade – a polícia, a burocracia, o mercado de terra etc. –, o funcionamento das instituições socializadoras como a família, a escola e a vizinhança e a vida comunitária do bairro podem funcionar segundo esses três mecanismos. Ou seja, podem criar os “tropos sociais” ligados aos territórios de agrupamento dos indivíduos segundo os atributos somáticos e culturais objetos de práticas discriminatórias. Ao mesmo tempo, a cidade pode ser produto e produtora das práticas discriminatórias institucionalizadas; pode gerar espaços de socialização que constroem a legitimidade da inferioridade e da desvalorização social; e pode gerar práticas de sociabilidade afirmadoras da inferioridade e da desvalorização social dos indivíduos com base em seus atributos somáticos e culturais.

Contudo, no Brasil, são poucos os trabalhos que tentam relacionar o tema da segregação residencial com o das desigualdades raciais. A essa conjunção de temas denomina-se *segregação racial*. Para fins de sistematização, consideraremos três trabalhos. Um dos trabalhos pioneiros no Brasil, nessa linha argumentativa, é o livro de L. A. Costa Pinto *O Negro no Rio de Janeiro*, de 1953. Nele, Costa Pinto destaca a força coercitiva do costume como o mecanismo a partir do qual se realiza a segregação racial no então Distrito Federal, em oposição ao mecanismo de força legal, como nos EUA. Nesse caso, a segregação residencial dos negros no Rio de Janeiro seria fruto de uma incapacidade econômica de parcela da população na escolha do

local da residência, a qual seria prerrogativa de um grupo dominante. Essa percepção da segregação racial no Rio de Janeiro – afastando-se do referencial de segregação racial extrema dos EUA – baseia-se na diferença não aleatória do percentual de negros nas várias áreas da cidade e, principalmente, na sobre-representação de negros residentes em favelas e na periferia em relação ao percentual de negros no conjunto da população.

Recentemente, Telles (2003) retoma a tese da existência de um “racismo à brasileira”, reforçando a hipótese do “racismo sem racialismo” (id., 1993), e, utilizando as técnicas dos índices de segregação difundidos desde os trabalhos seminais de Duncan e Duncan (1955), compara os padrões de distribuição territorial de “negros” e brancos nas metrópoles brasileiras e americanas, concluindo que entre nós vigora uma “segregação moderada” (Telles, 2003, p. 180) e que as distâncias sociais entre a “*classe média*” e o restante dos estratos sociais, segundo os grupos de cor, diminui à medida que aumenta a renda, mas em gradação diferente quando se trata de brancos, pardos e pretos. Os “negros” tendem a permanecer isolados dos “brancos” afluentes, fato que para Telles pode produzir impactos na composição socioterritorial:

[...] menor acesso a recursos, tais como profissionais modelares, melhores redes de trabalho, uma infraestrutura urbana melhor, o que por sua vez geraria capital social e melhor qualidade de vida. Os não-brancos e especialmente os pretos são mais

propensos a ter piores chances de vida simplesmente por ficarem mais distantes da classe média e viverem em concentrações de pobreza. (Ibid., p. 180)

Outra tentativa recente de abordar o tema da segregação racial foi feita por Garcia (2009), cuja análise centrou-se na comparação da situação dos “negros” em duas capitais – Rio de Janeiro e Salvador –, com o objetivo de demonstrar que as desigualdades sociais expressas no território são na verdade desigualdades raciais. Ou seja, segundo a perspectiva de Garcia, as desigualdades sociais não se esgotariam na exploração de classe, havendo na verdade uma imbricação entre a estrutura social e a naturalização das desigualdades raciais, que resultou no que denomina de estratificação sócio-racial-econômica dos indivíduos. Nesse sentido, todo o esforço empírico se concentra em demonstrar como a estruturação do território metropolitano, vista através das desigualdades territoriais nos níveis de condição de moradia, de posse de bens urbanos (máquina de lavar, telefone, automóvel e microcomputador) e de distribuição de serviços de consumo coletivo, está correlacionada com a estratificação sócio-racial-econômica dos indivíduos.

A partir dessas hipóteses, propomo-nos a avaliar, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, os efeitos diferenciados dos contextos sociais de residência conformados pela divisão social do território metropolitano na relação entre os grupos de cor e as desigualdades sociais. Essa empreitada torna-se mais complexa

se levarmos em consideração o fato de a morfologia social da cidade-pólo apresentar, como característica ímpar, a presença

das favelas nas áreas em que se concentram segmentos sociais que ocupam as posições superiores da estrutura social.

O contexto social do lugar de residência

Para identificar o contexto social no qual os indivíduos estão inseridos, foram tomadas como unidades geográficas as áreas de ponderação - AED² do Censo Demográfico de 2000. Apesar de não consistir numa unidade de vizinhança propriamente dita – já que os seus limites são definidos por critérios técnicos de coleta dos dados do Censo –, os limites das áreas de ponderação, no caso da RMRJ, coincidem em grande medida com os limites geográficos dos bairros, o que nos permite falar de um *contexto social do lugar de residência*.

A fim de classificar essas áreas, foi criada uma tipologia que usa a variável de *clima educativo do domicílio*, construída com base na média de anos de estudo dos indivíduos maiores de 24 anos residentes no domicílio³. A escolha do clima educativo como variável de construção

da tipologia se justifica pela possibilidade de descrição da segregação residencial em termos da concentração de pessoas que vivem tanto nos domicílios quanto nos bairros em situações de maior ou menor chance de acesso à escolaridade – oportunidade escassa na sociedade brasileira –, como um recurso potencializador do seu posicionamento na estrutura social, que condiciona suas chances de acesso a bem-estar social e a oportunidades (Katzman, 2001; Katzman e Retamoso, 2005; Ribeiro, 2007).

A composição dos tipos de contextos sociais de acordo com as faixas de clima educativo do domicílio pode ser vista no Gráfico 1. O primeiro tipo é caracterizado por uma alta presença de domicílios com baixo clima educativo, em que 36,2% dos indivíduos estão na faixa de clima até 4 anos de estudo e

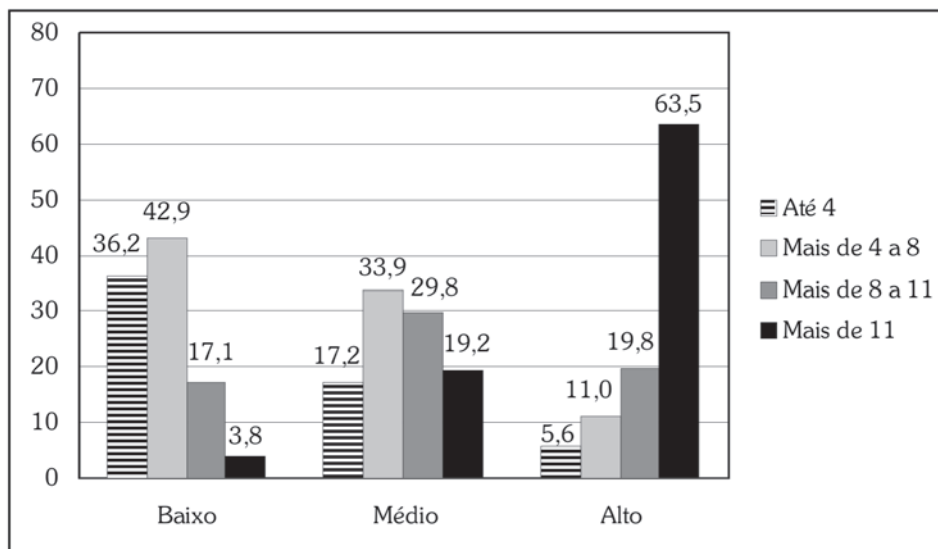
² Essa divisão territorial foi criada pelo próprio IBGE para a divulgação dos dados da amostra, obedecendo a critérios estatísticos. Cada uma dessas unidades geográficas é “formada por um agrupamento mutuamente exclusivo de setores censitários, para a aplicação dos procedimentos de calibração das estimativas com as informações conhecidas para a população como um todo” (IBGE, 2002).

³ Essa tipologia foi construída da seguinte forma: Primeiramente, os domicílios foram classificados de acordo com quatro faixas de clima educativo: “até 4 anos de estudo”; “mais de 4 a 8 anos de estudo”; “mais de 8 a 11 anos de estudo”; e “mais de 11 anos de estudo”. Em seguida, aplicamos sobre essa distribuição uma Análise Fatorial por Correspondência Binária (Fenelon, 1981), da qual extraímos dois fatores tendo como critério de corte o valor de 80% da variância dos dados explicada pelos fatores. Após salvarmos as cargas fatoriais obtidas por esse procedimento, realizamos uma Classificação Hierárquica Ascendente (ibid.), que resultou em três agrupamentos com uma variância intragrupos de 32,6% e uma variância intergrupos de 67,4%.

42,9%, na faixa de mais de 4 a 8 anos de estudo. Esse primeiro tipo agrupa 49,3% dos indivíduos residentes na RMRJ. Já o segundo tipo apresenta uma predominância de médio clima educativo, com 33,9% dos indivíduos na faixa de 4 a 8 anos de estudo e 29,8% na faixa de 8 a 11 anos de estudo, agrupando 42,7% da população residente na RMRJ. E o terceiro tipo compreende áreas de alto clima

educativo, pois apresenta elevada concentração de domicílios na faixa de mais de 11 anos de estudo (63,5%), em que reside 8,0% da população da RMRJ. Com base nessa composição, denominamos o primeiro tipo “contexto social de baixo *status*”, o segundo, “contexto social de médio *status*”, e o último, “contexto social de alto *status*”.

Gráfico 1: Composição percentual das faixas de clima educativo do domicílio pelo contexto social do lugar de residência na RMRJ – 2000



Fonte: Elaboração própria com dados do Censo Demográfico de 2000 (IBGE, 2002).

A distribuição espacial dos contextos sociais classificados segundo o clima educativo do domicílio é apresentada no Mapa 1. Com base nesse mapa, percebemos que os contextos de alto *status* coincidem em grande medida com as áreas consideradas nobres da cidade

do Rio de Janeiro e de Niterói; os de médio *status* coincidem com as áreas de subúrbio da cidade do Rio de Janeiro e Niterói e com as áreas centrais de alguns municípios da região metropolitana; e os de baixo *status* correspondem às áreas da periferia da RMRJ.

Mapa 1: Tipologia do contexto social do lugar de residência na RMRJ – 2000

Fonte: Elaboração própria com dados do Censo Demográfico de 2000 (IBGE, 2002).

Para cada um dos contextos sociais do lugar de residência, exploraremos, no tópico seguinte, a situação dos segmentos de cor (brancos, pretos e pardos), com a finalidade de examinar as possíveis diferenças entre eles no que diz respeito a dois tipos de desigualdades: (i) de oportunidades, expressas nas diferentes chances

dos grupos de cor de reproduzirem a situação de pobreza dos pais pela via educacional e do trabalho, através da utilização de indicadores da situação de vulnerabilidade dos jovens e das crianças; atraso e evasão escolar e desocupação; e (ii) em termos de bem-estar, avaliadas pelas diferenças das condições habitacionais.

As cores dos contextos sociais na RMRJ: podemos falar em divisão racial do território da RMRJ?

A variável de cor ou raça do Censo Demográfico de 2000 é obtida com base em declaração do informante e posterior enquadramento nas categorias definidas pelo plano de investigação do Censo. Sendo assim, a população da RMRJ representa-se como majoritariamente branca, com percentual de 53,1%. Os indivíduos que se declararam pretos

compõem um grupo de cor minoritário, que corresponde a apenas 10,5% da população. Já os que se declararam pardos correspondem a 35,2% da população. As demais categorias de cor somadas correspondem a 1,3% do total da população da RMRJ; portanto, em nossas análises nos centraremos nas categorias de cor branca, preta e parda (ver Tabela 1).

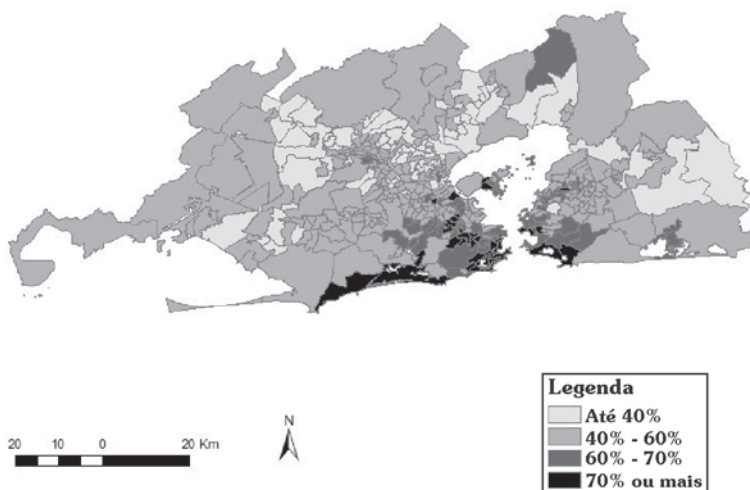
Tabela 1: Composição por cor da população na RMRJ – 2000

Cor	Percentual
Branca	53,1
Preta	10,5
Parda	35,2
Outros	0,5
Ignorado	0,8
Total	100,0

Fonte: Elaboração própria com dados do Censo Demográfico 2000.

Anteriormente, vimos como os diferentes contextos sociais de acordo com o clima educativo do domicílio se distribuem no espaço da RMRJ. Resta-nos saber como se distribuem, nesses contextos, os grupos de cor que considera-

mos neste trabalho (brancos, pretos e pardos). Para tal, os Mapas 2, 3 e 4 apresentam a distribuição dos grupos de cor segundo quatro faixas proporcionais de concentração no território.

Mapa 2: Distribuição espacial da população de cor branca na RMRJ – 2000

Fonte: Elaboração própria com dados do Censo Demográfico de 2000 (IBGE, 2002).

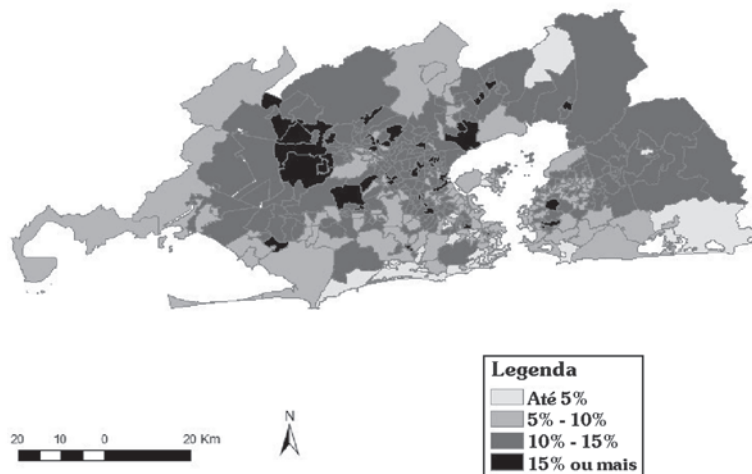
O Mapa 2 apresenta a distribuição dos brancos, segundo as faixas de concentração, na RMRJ. Segundo a Tabela 1, os

brancos configuram o maior grupo de cor, correspondendo a 53,1% da população metropolitana; segundo o Mapa 2,

a maioria das áreas apresenta percentuais que giram em torno desse valor. Contudo, chama a atenção a elevada concentração de brancos nas áreas que

compõem o núcleo do espaço social da RMRJ: a Zona Sul do Rio de Janeiro, a Barra da Tijuca, a Grande Tijuca, o Centro e a região oceânica de Niterói.

Mapa 3: Distribuição espacial da população de cor preta na RMRJ – 2000



Fonte: Elaboração própria com dados do Censo Demográfico de 2000 (IBGE, 2002).

Já o Mapa 3 apresenta a distribuição da população de cor preta segundo as quatro faixas de concentração. É bastante nítida a baixa concentração de indivíduos declarados de cor preta nas áreas onde a concentração de indivíduos declarados de cor branca é superior que a verificada no conjunto da RMRJ. Observamos que a faixa de 10 a 15% de pretos se distribui predominantemente pelas áreas da Baixada Fluminense e que a faixa de concentração acima de 15% tende a se localizar nas regiões centrais dos municípios da Baixada e nas regiões próximas da cidade do Rio de Janeiro.

A população parda, como podemos verificar no Mapa 4, apresenta uma dis-

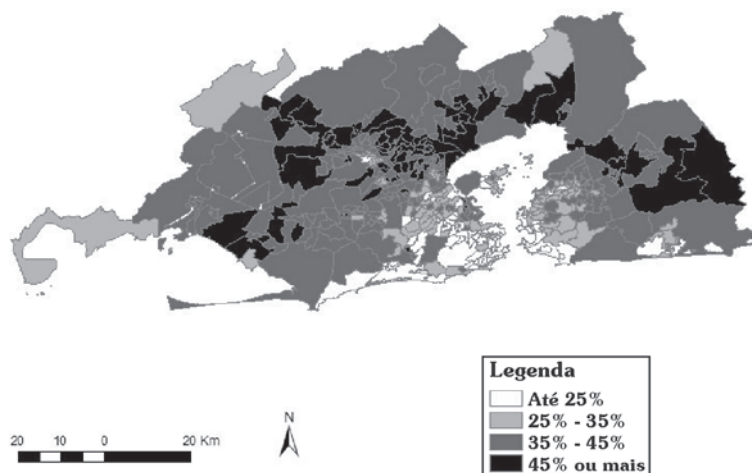
tribuição espacial próxima à da população de cor preta: áreas com grande concentração de brancos correspondem a áreas de baixa concentração de pardos. Contudo, em razão da heterogeneidade do grupo de cor parda, no presente trabalho, consideramos separadamente pardos e pretos, tendo como referência a categoria de cor branca para efeitos comparativos.

Para verificarmos a relação entre os diferentes contextos sociais de residência e a distribuição dos grupos de cor, recorreremos à Tabela 2, que mostra a composição por cor de cada contexto. Conforme esperado, percebemos que os contextos sociais apresentam significativas diferenças de composição, considerando os dois

contextos sociais opostos – baixo e alto. Nos espaços de alto *status*, 88% da população é branca, enquanto no contexto de baixo *status* a maior concentração é de pretos e pardos. Inclusive, no contexto de baixo *status* a cor branca deixa de ser predominante, apresentando um percen-

tual igual ao de pardos. No contexto de médio *status*, apesar da cor branca apresentar um percentual menor do que o observado no contexto de alto *status*, os percentuais de pretos e pardos permanecem abaixo da média considerada para toda a RMRJ.

Mapa 4: Distribuição espacial da população de cor parda na RMRJ – 2000



Fonte: Elaboração própria com dados do Censo Demográfico de 2000 (IBGE, 2002).

Tabela 2: Percentual de cor segundo o contexto social – RMRJ – 2000

Cor	Contexto social de residência			Total
	Baixo	Médio	Alto	
Branca	43,6	59,3	88,0	53,8
Preta	12,5	9,8	2,9	10,6
Parda	43,8	30,9	9,0	35,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria com dados do Censo Demográfico de 2000 (IBGE, 2002).

Contudo, quando analisamos a distribuição de cada grupo de cor entre os contextos sociais, a relação entre segregação racial e segregação residencial é

mais nítida, principalmente considerando-se o contexto de alto *status* em relação aos contextos de médio e baixo *status*, como pode ser visto na Tabela 3.

Tabela 3: Percentual dos indivíduos em cada contexto social segundo a cor – RMRJ – 2000

Cor	Contexto social de residência			Total
	Baixo	Médio	Alto	
Branca	40,4	46,8	12,8	100,0
Preta	58,6	39,2	2,2	100,0
Parda	61,2	36,8	2,0	100,0
Total	49,7	42,4	7,8	100,0

Fonte: Elaboração própria com dados do Censo Demográfico de 2000 (IBGE, 2002).

Além disso, não podemos desprezar o fato de que a estrutura espacial da cidade do Rio de Janeiro se caracteriza por considerável presença de favelas incrustadas em áreas nobres da cidade. Mas, apesar da proximidade espacial, manifesta-se grande distância social, o que é a marca da segregação residencial carioca (Ribeiro, 2005; Ribeiro & Lago, 2001); ou seja, podemos dizer que, principalmente no caso das favelas localizadas em áreas nobres da cidade, o regime de interação com o seu entorno ainda é hierarquizado com base nas percepções fortemente arraigadas de dois mundos sociais separados e distintos. Com base nessa idéia, Ribeiro e Koslinski (2009) propõem que, apesar da proximidade social, as fronteiras entre o “asfalto” e a “favela” localizada nas áreas abastadas da cidade são mais acentuadas do que no

que restante da cidade, em razão de os fortes contrastes gerados pela proximidade territorial desses espaços fortalecerem e institucionalizarem as representações coletivas da existência de dois mundos sociais distanciados e separados⁴.

A Tabela 4 mostra o percentual de indivíduos moradores de favelas em cada um dos contextos sociais. Para identificarmos os indivíduos moradores em favela, consideramos a variável *aglomerado subnormal* do Censo Demográfico de 2000⁵.

Na Tabela 5, considerando apenas a área de não-favela, verificamos que a diferença na concentração dos segmentos de cor permanece a mesma evidenciada na Tabela 2, ao compararmos os contextos sociais de residência. Contudo,

⁴ Estimamos que, no espaço compreendido no raio de 3 km a partir do bairro mais elitizado da cidade do Rio de Janeiro, cerca de mais de 33% da população residente vive em espaços considerados favelas.

⁵ Essa variável indica que o domicílio do indivíduo considerado está localizado em setor censitário que corresponda a um “conjunto (favelas e assemelhados) constituído por unidades habitacionais (barracos, casas etc.), ocupando, ou tendo ocupado até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular), dispostas, em geral, de forma desordenada e densa, e carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais” (IBGE, 2002).

quando observamos somente os espaços de favela, a composição de cor dos contextos de alto *status* se modifica; nesse caso, o percentual de brancos (31,8%) é menor do que nas áreas não classificadas

como favela; e o de pretos (21,1%) e o de pardos (47,1%) são muito maiores do que nas áreas de não-favela (2,3% e 7,7% respectivamente).

Tabela 4: Composição do contexto social segundo a classificação em favela* e não-favela – RMRJ – 2000

	Contexto social			Total
	Baixo	Médio	Alto	
Não-Favela	86,2	89,9	96,5	88,6
Favela	13,8	10,1	3,5	11,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

(*) Setores censitários classificados como subnormais pelo IBGE.

Fonte: Elaboração própria com dados do Censo Demográfico de 2000 (IBGE, 2002).

Tabela 5: Percentual de cor nas áreas segundo o contexto social e a classificação em favela* ou não-favela – RMRJ – 2000

	Cor	Contexto social			Total
		Baixo	Médio	Alto	
Não-Favela	Branca	43,9	61,5	90,1	55,4
	Preta	12,4	9,0	2,3	10,1
	Parda	43,8	29,4	7,7	34,5
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Favela	Branca	42,2	39,0	31,8	40,8
	Preta	13,4	16,9	21,1	14,9
	Parda	44,4	44,1	47,1	44,4
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0

(*) Setores censitários classificados como subnormais pelo IBGE.

Fonte: Elaboração própria com dados do Censo Demográfico de 2000 (IBGE, 2002).

Antes de tudo, podemos dizer que há uma cor dos espaços que ocupam as posições inferiores da hierarquia socioespacial. Tanto as favelas quanto os

contextos sociais de baixo *status* apresentam maior concentração de pretos do que os demais. Aqui se destaca o interessante fato de a população mora-

dora das favelas apresentar maior concentração de pretos e pardos nos espaços de alto *status* do que nos espaços de baixo *status*. Podemos dizer, por outro lado, que há proximidade social entre os espaços de baixo contexto social e as favelas; ou seja, nos espaços de baixo contexto social, há proximidade social entre as áreas de favelas e não-favela.

Na Tabela 6, em que a população de referência é o total da população da RMRJ localizada em cada um dos contextos sociais de residência, os percentuais de brancos, pretos e pardos que residem em favela nos contextos de baixo *status* não se diferenciam significativamente da média; já no contexto de médio *status*, o percentual de negros morando em favelas aumenta para

17,2%, ao passo que o percentual de brancos, na mesma situação, diminui para 6,6%; e, no contexto de alto *status*, apenas 1,3% dos brancos residem em favela, percentual que atinge 25% no caso dos pretos. Ou seja, esses resultados mostram que a percepção da favela como um espaço predominantemente “negro” tem origem nos efeitos sobre as representações sociais da morfologia social dos espaços de alto *status*: o forte contraste entre espaços concentrando fortemente os segmentos brancos da população que ocupam as posições superiores da estrutura social e os espaços de favela. O mesmo não ocorre nas favelas em áreas de baixo *status*, já que não existem diferenças significativas na composição de cor entre os espaços de favela e não-favela.

Tabela 6: Percentual da população residente em favela*, por cor e segundo o contexto social, em relação ao total da RMRJ – 2000

	Cor	Contexto social			Total
		Baixo	Médio	Alto	
Favela	Branca	13,3	6,6	1,3	8,6
	Preta	14,8	17,2	25,3	16,0
	Parda	14,0	14,3	18,3	14,2
	Total	13,8	10,1	3,5	11,4

(*) Setores censitários classificados como subnormais pelo IBGE.

Fonte: Elaboração própria com dados do Censo Demográfico de 2000 (IBGE, 2002).

Não constatamos a existência de sinais da “racialização” da hierarquia social dos contextos de residência. De certa forma, podemos dizer que a distribuição dos segmentos de cor pela hierarquia socioespacial da metrópole do Rio de

Janeiro constitui mais um fenômeno de concentração territorial dos brancos de maior *status* social, portanto, de maior prestígio e poder econômico, do que um fenômeno de afastamento compulsório dos “negros”. Ou seja, ao mesmo tempo

que “negros” e brancos não estão separados nos contextos sociais de baixo *status*, há um relativo “embranquecimento” das posições de *status* superiores. No entanto, é clara a diferença na composição de cor entre as áreas de favelas e não-favelas nos contextos sociais de alto *status*.

Não temos condições, neste texto, de investigar as vantagens e desvantagens dessa inserção territorial das favelas em contextos sociais de alto *status* para as relações entre segmentos de cor da população; porém, a partir dos dados que temos à disposição, é possível investigar se essa proximidade territorial gera alguma vantagem para os grupos de pardos e pretos, uma vez que a localização na cidade está associada ao menor ou maior controle de recursos que aumentam as oportunidades e o acesso ao bem-estar social. Assim, o objetivo principal agora é responder às seguintes indagações: essa diferença na distribuição dos segmentos de cor na metrópole é acompanhada de desigualdade nos níveis de bem-estar urbano e de oportunidades? Em que medida essa desigualdade é mais influenciada pela cor do indivíduo ou pelo contexto social em que reside?

Procuramos responder a essas indagações através da análise das desigualdades entre brancos, pretos e pardos no tocante às condições habitacionais que determinam o nível de bem-estar social urbano e as oportunidades de inserção social. No primeiro aspecto, as desigualdades resultam da ação do Estado na distribuição dos serviços coletivos, que

complementam a função da moradia na reprodução social e do mercado imobiliário residencial, que, pelo filtro dos preços, distribui as pessoas no território e regula o acesso a condições de conforto habitacional. No segundo aspecto, as desigualdades sociais resultam de iniquidades da estrutura de oportunidades, analisadas com base em quatro situações: (i) atraso escolar de crianças entre 8 e 15 anos; (ii) evasão escolar de crianças entre 8 e 15 anos; (iii) *desafiliação institucional*⁶ de homens entre 14 e 24 anos; e (iv) maternidade de mulheres sem cônjuge entre 14 e 19 anos. A observação desses segmentos pode revelar indícios de reprodução das desigualdades sociais, uma vez que o mercado de trabalho e a escola são mecanismos de acesso às oportunidades que condicionam a futura trajetória de crianças e jovens no que concerne a mobilidade social.

Quanto aos serviços de saneamento, constatamos que as desigualdades são marcadamente cortadas pela hierarquia socioespacial, embora seja possível afirmar que pretos e pardos moradores em espaços de alto *status* apresentam taxa de carência maior do que os brancos do mesmo contexto; porém, a diferença é maior entre pretos e pardos de contextos de alto *status* em relação a pretos e pardos residentes em espaços de baixo *status* (ver Tabela 7). Já os pretos, pardos e brancos habitantes nesses espaços apresentam taxas de carência extraordinariamente mais elevadas que as encontradas nos contextos de alto *status*. O poder público parece “discriminar” pelo local de residência e não pela cor,

⁶ Mais adiante definimos este conceito.

gerando ou tolerando extremas desigualdades de condições habitacionais e, portanto, níveis diferenciados de bem-estar urbano. Podemos conjecturar duas explicações para a maior vantagem de pretos e pardos moradores nos contextos de alto *status*: a primeira baseia-se no saneamento, que, por ser um serviço coletivo, é distribuído e acessível via a localização dos grupos sociais no terri-

tório, permitindo que a proximidade habitacional beneficie indistintamente indivíduos brancos e não-brancos; a segunda baseia-se nos investimentos realizados nos últimos 20 anos nas favelas da cidade do Rio de Janeiro, acompanhados do relativo abandono das periferias metropolitanas, onde está localizada grande parte dos contextos de baixo *status*.

Tabela 7: Indicadores de desigualdades habitacionais segundo o contexto social – RMRJ – 2000

Indicadores de desigualdades	Cor	Contexto social			Total
		Baixo	Médio	Alto	
Adensamento habitacional excessivo*	Branca	18,2	8,6	2,4	11,7
	Preta	26,5	18,7	10,7	23,1
	Parda	24,6	16,5	10,0	21,3
	Total	22,1	12,0	3,3	16,3
Carência de instalação sanitária	Branca	14,7	2,9	0,6	7,3
	Preta	18,8	6,2	1,7	13,5
	Parda	17,5	5,3	1,7	12,7
	Total	16,5	3,9	0,7	9,9

(*) Domicílios com mais de duas pessoas por dormitório.

Fonte: Elaboração própria com dados do Censo Demográfico de 2000 (IBGE, 2002).

O exame do indicador de adensamento habitacional leva-nos na mesma direção (ver Tabela 7). Na ponta superior da hierarquia socioespacial, há nítidas desigualdades, pois o percentual de pretos e pardos que vivem em condições habitacionais de alto adensamento (10,7% e 10%, respectivamente) é maior do que o de brancos (2,4%). Mas, ao mesmo tempo, podemos dizer que as condições de moradia pioram igualmente para

brancos e “negros” à medida que desce-mos na escala da hierarquia socioespacial. Em termos relativos, os brancos dos espaços de baixo *status* estão em situação pior que os pretos e pardos que habitam em contextos de alto *status*. Parece ser correto concluir que, também nesse aspecto, o local de residência é mais determinante do bem-estar social urbano do que a cor.

Passemos agora à avaliação das desigualdades de oportunidades. Como já mencionado, escolhemos alguns indicadores que poderiam traduzir mecanismos de produção/reprodução de desigualdades relacionados aos contextos sociais. Eles revelam circunstâncias em que crianças e jovens podem estar em situação de risco social pela existência de bloqueios, no plano da família e do bairro, ao aproveitamento de oportunidades de acumulação de recursos que, no futuro, poderiam proporcionar-lhes maior bem-estar social e a conquista de posições sociais mais elevadas. Tais oportunidades relacionam-se com o acesso a ativos educacionais advindos da escolarização e aos resultantes do acúmulo de experiências no mercado de trabalho.

Antes de tudo, verificamos as importantes diferenças entre brancos e não-brancos quanto ao atraso escolar de um ano ou mais de crianças entre 8 a 14 anos de idade, como indica a Tabela 8. No contexto de alto *status*, pretos e pardos têm, em termos relativos, o dobro da incidência de atraso escolar (59,9% e 47,8%, respectivamente) dos brancos (23,7%). Olhando por esse prisma, as desigualdades entre brancos e “negros” parecem impor-se às desigualdades decorrentes do local de moradia. Porém, quando examinamos a situação de cada segmento, verificamos que indivíduos “negros” moradores em contextos de alto *status* desfrutam de vantagens no aproveitamento escolar em relação aos habitantes dos contextos da ponta infe-

rior da hierarquia socioespacial, em que o atraso escolar dos pretos é de 70,9%, dos pardos é de 62,7%, e dos brancos é de 51,8%. Quanto à evasão escolar, verificamos a mesma relação, ou seja, apesar da disparidade entre brancos e “negros” nos contextos de alto *status*, a incidência de evasão escolar nos contextos de baixo *status* é consideravelmente maior.

A maternidade precoce também implica em diminuição das chances de mobilidade social, na medida em que a adolescente é obrigada – em grande parte dos casos – a retirar-se dos estudos, tendo assim limitadas suas possibilidades presentes e futuras de emprego. A maternidade precoce é hoje uma das principais causas da evasão escolar, pois, segundo a Unesco, 25% das meninas grávidas com idade entre 15 e 17 deixam de estudar. A maternidade precoce está fortemente relacionada aos contextos familiares⁷ e sociais nos quais agem diversos mecanismos que condicionam o seu comportamento: falta de informação sobre práticas anticonceptivas; falta de acesso ao sistema público de saúde; limites da socialização; exposição aos papéis sociais tradicionais. Observamos, com base na Tabela 8, que a incidência de maternidade precoce nos contextos de baixo *status* é superior à verificada na ponta mais elevada da hierarquia, tanto para o conjunto da população quanto para os segmentos brancos e não-brancos. O que chama a atenção nesse caso é que a localização da residência parece

⁷ Dados trabalhados por Itaboraí (2003, p. 179) indicam que 22,5% das mães adolescentes de 15 a 19 anos são socializadas em ambientes bastante pobres, pois vivem em domicílios com renda de até 2 salários mínimos.

ter pouca influência no comportamento das adolescentes não-brancas. Já para as adolescentes brancas, a incidência da maternidade precoce aumenta de 0,9% no contexto de alto *status* para 5,7% no contexto de baixo *status*. Como hipótese explicativa, supomos que, para a adolescente sem cônjuge, as diferenças de

contexto (familiares e sociais) favorecem mais as brancas do que as não-brancas. Ou seja, o fato de morar em contextos de baixo *status* social influencia negativamente mais as brancas, enquanto para as não-brancas o risco de gravidez precoce permanece mais elevado em todos os contextos socioespaciais.

Tabela 8: Indicadores de desigualdades de oportunidades segundo o contexto social – RMRJ – 2000

Indicadores de desigualdades	Cor	Contexto social			Total
		Baixo	Médio	Alto	
Crianças com atraso escolar maior que um ano	Branca	51,8	35,8	23,7	42,3
	Preta	70,9	60,2	59,9	66,9
	Parda	62,7	52,8	47,8	59,2
	Total	59,1	44,0	27,4	51,6
Crianças fora da escola	Branca	24,0	12,9	6,1	17,6
	Preta	40,6	29,2	28,0	36,3
	Parda	32,4	22,9	19,7	29,1
	Total	29,8	17,9	8,2	24,1
Mães adolescentes solteiras	Branca	5,7	4,1	0,9	4,4
	Preta	11,2	9,8	8,4	10,7
	Parda	7,6	7,0	4,4	7,3
	Total	7,2	5,6	1,5	6,2
Jovens em desafiliação institucional	Branca	8,0	6,0	4,5	6,7
	Preta	10,7	8,8	11,8	10,0
	Parda	8,7	7,4	5,1	8,2
	Total	8,7	6,7	4,8	7,6

Fonte: Elaboração própria com dados do Censo Demográfico de 2000 (IBGE, 2002).

A situação do jovem do sexo masculino que não estuda, não trabalha e nem procura emprego aproxima-se da condição social denominada *status zero*, por Williamson (1997), ou *desafiliação ins-*

titucional, por Alvarez-Rivadulla (2002), pelo fato de esse jovem estar afastado simultaneamente dos dois papéis sociais possíveis – trabalhador e estudante – nessa etapa do ciclo da vida. Com efeito,

o fato de estar em situação de *desafiliação* pode indicar a exclusão das condições sociais nas quais esse jovem adquire ativos importantes para o acesso a posições sociais superiores, sejam eles decorrentes da escolaridade ou do acúmulo de experiência ocupacional. Numa situação limite, pode indicar um comportamento juvenil não mais orientado pela normatividade moral exigida pelos valores e aspirações dominantes⁸.

A análise dos dados mostra novamente diferenças importantes entre as duas pontas da hierarquia socioespacial, ou seja, as taxas dos jovens de *status zero* ou em situação de *desafiliação institucional* que vivem em espaços de baixo *status* são superiores às dos que vivem em contextos de alto *status*. Essa diferença é observável principalmente no segmento de jovens brancos, o que indica que os contextos sociais podem ter alguma influência na redução de suas chances de *desafiliação*. O mesmo não acontece com os jovens pretos, pois as taxas dos que estão nos contextos de alto *status* são pouco inferiores às dos que estão nos contextos de baixo *status*. Em relação a esse indicador, podemos dizer também que o local de residência tem papel mais relevante no acesso a oportunidades do que a cor, embora essa situação influencie mais os brancos do que os pretos e pardos. Contudo, o resultado que mais chama a atenção é que a incidência de *desafiliação* entre jovens

pretos é um pouco menor nos contextos de médio *status* (8,8%) do que nos de alto *status* (11,8%). Nesse caso, podemos dizer que a favela localizada em contextos de alto *status* é responsável pela alta incidência de *desafiliação* de jovens de cor preta.

Com intuito de testar os efeitos da segregação residencial *vis-à-vis* ao efeito da cor no acesso a oportunidades, construímos um modelo de regressão logística tendo como variáveis dependentes cada uma das situações anteriormente mencionadas. A escolha da análise multivariada se deve ao fato de os indicadores de desigualdade de oportunidades configurarem variáveis conhecidas na estatística como *dummy*, ou seja, dados categóricos para cada indivíduo, nos quais o valor “1” identifica o indivíduo que se encontra em uma das situações de desigualdade de oportunidades e o valor “0” no caso contrário. Como variáveis de controle do modelo, consideramos a renda familiar *per capita*, em salários mínimos, e o clima educativo do domicílio. Tal procedimento é importante para o controle das relações que buscamos evidenciar (desigualdade de oportunidades x cor e desigualdade de oportunidades x contexto social e residencial).

Em resumo, o nosso objetivo é submeter os resultados da análise descritiva ao teste estatístico: se e em que grau a divisão por cor (branco x preto e branco

⁸ É importante considerar os contextos sociais na busca do significado sociológico da condição do jovem que não estuda nem trabalha. Como menciona Saravi (2004), na América Latina o *status zero* tem sido entendido como condição de vulnerabilidade e risco, por representar a possibilidade de diminuição da oportunidade futura de bem-estar social e de associação a atividades ilícitas.

x pardo) explica mais as desigualdades de oportunidades do que os contextos sociais, observando os planos da família (pobreza x não-pobreza), do domicílio (baixo clima x alto clima educativo) e do lugar de moradia (de alto *status* x baixo *status*). Os coeficientes estimados do modelo de regressão quando maiores que 1 expressam o risco relativo de o indivíduo estar numa das situações de desigualdade de oportunidades supra-mencionadas; ou seja, em relação aos seus grupos de referência. Cada uma das variáveis consideradas no modelo apresenta um valor que representa o risco (ou chance relativa) de estar numa das situações de desigualdade de oportunidades.

Aplicamos o modelo assim construído para o conjunto da população da região metropolitana e, ao mesmo tempo, para cada um dos segmentos de cor.

Para a variável cor, consideramos a branca como referência e estimamos o risco para pardos e pretos. Para a variável contexto social, consideramos o de alto *status* como referência e estimamos os efeitos dos contextos de baixo *status* e de médio *status*. No caso da renda familiar *per capita*, estimamos o efeito sobre indivíduos integrantes de grupos familiares de até 1/2 salário mínimo e de 1/2 a 1 salário mínimo, tomando como referência o grupo de 1 salário mínimo ou mais. Para a variável contexto domiciliar, estimamos o risco dos indivíduos pertencentes a domicílio com clima educativo de até 4 anos de estudo (baixo) e de 4 a 8 anos de estudo (médio), tendo como referência os indivíduos

integrantes de domicílios com clima educativo de 9 ou mais anos de estudo (alto).

Apresentamos na Tabela 9 os resultados do modelo de regressão logística para a variável atraso escolar de um ano ou mais para crianças entre 8 e 14 anos de idade. No conjunto da metrópole, a divisão por cor tem maior importância do que o lugar de residência na explicação das desigualdades de oportunidades educativas, atingindo mais fortemente as crianças pretas do que as pardas em relação às brancas, o que poderia nos levar a aceitar a hipótese da existência de efeitos de práticas discriminatórias com fundo racial. Não obstante, têm peso explicativo mais importante as condições sociais nas quais a criança é socializada, nos planos da família, do domicílio, com destaque para o clima educativo domiciliar, e em relação à pobreza.

Quando examinamos os resultados da aplicação do modelo para os grupos de cor, observamos que essas condições contextuais atingem mais as crianças brancas do que as pretas e pardas, sendo que para estas últimas o lugar de residência tem pouco ou nenhuma influência no risco de atraso escolar.

Na Tabela 10, apresentamos os resultados para a variável evasão escolar. A cor parda representa um risco praticamente nulo de exclusão escolar em relação à branca, mas este é elevado para a criança de cor preta (1,36). Assim como na situação de atraso escolar, o risco de evasão escolar sofre maior efeito dos contextos sociais no plano da família

e do domicílio – representados aqui pelas variáveis de clima educativo domiciliar e renda *per capita* da família – do que da cor das crianças. Além disso, quando observamos os efeitos do lugar de residência, constatamos que o risco para crianças que moram em contexto de baixo *status* é 1,22 vez superior ao risco estimado para as que residem em contexto de alto *status*, valor elevado e não muito distante do estimado para a cor preta (1,36). Observando os resultados da aplicação do modelo separadamente para os segmentos de cor, percebemos que as crianças brancas sofrem maiores desvantagens decorrentes dos efeitos de viverem em contextos sociais desfavoráveis nos planos da família, do domicílio e do lugar de residência. Chama a atenção o fato de as crianças

brancas (1,48) e pretas (1,42) vivendo em contextos marcados pela baixa escolarização dos adultos estarem submetidas a elevados riscos de evasão escolar, em grandezas semelhantes para ambos os grupos de cor. O que aparece como novidade nesse caso, diferentemente do observado com relação ao atraso escolar, é que, mesmo as crianças de cor preta tendo maior risco de evasão escolar, as crianças também de cor preta, mas que residem em contextos de baixo *status*, apresentam maior risco de evasão escolar do que as crianças de cor preta residentes em contextos de alto *status*. Já para as crianças pardas, esse efeito do local de moradia não é significativamente diferente entre os diferentes contextos sociais.

Tabela 9: Estimativa do efeito do contexto social e da cor sobre o atraso escolar de um ano ou mais, considerando crianças entre 8 e 14 anos – RMRJ – 2000

	Risco relativo			
	RMRJ	Branco	Pretos	Pardos
Preto	1,54	-	-	-
Pardo	1,27	-	-	-
Renda familiar <i>per capita</i> até 1/2 SM	1,63	1,65	1,38	1,48
Renda familiar <i>per capita</i> de 1/2 SM a 1 SM	1,34	1,38	1,22	1,25
Clima educativo domiciliar de até 4 anos	2,31	2,41	1,68	1,89
Clima educativo domiciliar de 4 a 8 anos	1,66	1,71	1,34	1,48
Contexto social baixo <i>status</i>	1,26	1,30	1,10	1,03*
Contexto social médio <i>status</i>	1,13	1,15	0,99*	0,95

(*) Não significativa para $\alpha = 0,05$.

Fonte: Elaboração própria com dados do Censo Demográfico de 2000 (IBGE, 2002).

Tabela 10: Estimativa do efeito do contexto social e da cor sobre a evasão escolar de crianças entre 8 e 14 anos – RMRJ – 2000

	Risco relativo			
	RMRJ	Brancos	Pretos	Pardos
Preto	1,36	-	-	-
Pardo	1,07	-	-	-
Renda familiar <i>per capita</i> até 1/2 SM	1,98	1,85	2,20	1,98
Renda familiar <i>per capita</i> de 1/2 SM a 1 SM	1,31	1,19	1,34	1,41
Clima educativo domiciliar de até 4 anos	2,34	2,53	1,58	2,29
Clima educativo domiciliar de 4 a 8 anos	1,28	1,38	0,95*	1,22
Contexto social baixo <i>status</i>	1,22	1,48	1,42	0,9*
Contexto social médio <i>status</i>	0,92	1,06*	1,01*	0,71

(*) Não significativa para $\alpha = 0,05$.

Fonte: Elaboração própria com dados do Censo Demográfico de 2000 (IBGE, 2002).

Examinando os coeficientes, um fato chama a atenção. Trata-se do risco superior de evasão escolar para as crianças pretas de famílias pobres (até 1/2 salário mínimo), quando comparadas com as que vivem em domicílios com baixo clima educativo (até 4 anos de estudo). No primeiro caso, o risco é de 2,20, e, no segundo, de 1,34. Esse resultado indica a forte relação entre pobreza e evasão escolar para as crianças pretas, provavelmente em consequência da necessidade de complementação da renda familiar através do trabalho infantil.

Na Tabela 11, apresentamos os resultados do modelo para estimativa do risco de mulheres entre 14 e 19 anos de idade serem mães solteiras. No conjunto da RMRJ, a faixa de renda *per capita* familiar de até 1/2 salário mínimo

apresenta um risco de 5,45 vezes o risco estimado para a faixa de renda *per capita* familiar de 1 salário mínimo ou mais, ao passo que o risco para a faixa de 1/2 a 1 salário mínimo representa 2,24 vezes o risco estimado para a mesma faixa de referência, valores bem superiores aos estimados para as cores preta e parda. Isso indica que o risco de gravidez precoce está fortemente relacionado ao contexto social criado pela extrema pobreza da família à qual pertence a jovem. Viver em espaços que concentram fortemente adultos com pouca escolaridade representa um risco superior ao da cor preta. Porém, quando observamos os resultados do modelo para cada segmento de cor, percebemos que, para jovens brancas, os efeitos dos contextos de baixo e médio *status* chegam a, respectivamente, 2,30 e 2,62 vezes o risco

do contexto de alto *status*, ao passo que, para jovens pretas e pardas, o efeito do contexto não apresenta significância. Sendo menores para as jovens pretas e pardas os efeitos dos diferentes contex-

tos e, ao mesmo tempo, elevados para as brancas, a cor tem grande peso absoluto na constituição do risco da gravidez precoce de adolescentes.

Tabela 11: Estimativa do efeito do contexto social e da cor sobre mulheres entre 14 e 19 anos serem mães solteiras – RMRJ – 2000

	Risco relativo			
	RMRJ	Branco	Pretos	Pardos
Preto	1,71	-	-	-
Pardo	1,21	-	-	-
Renda familiar <i>per capita</i> até 1/2 SM	5,45	6,09	4,27	4,73
Renda familiar <i>per capita</i> de 1/2 SM a 1 SM	2,24	2,27	1,81	2,24
Clima educativo domiciliar de até 4 anos	1,37	1,51	1,16	1,26
Clima educativo domiciliar de 4 a 8 anos	1,23	1,44	1,05*	1,06
Contexto social baixo <i>status</i>	1,80	2,30	0,97*	0,94*
Contexto social médio <i>status</i>	2,09	2,62	1,06*	1,12*

(*) Não significante para $\alpha = 0,05$.

Fonte: Elaboração própria com dados do Censo Demográfico de 2000 (IBGE, 2002).

Na Tabela 12, apresentamos os resultados da aplicação do modelo para a variável desafiliação institucional de jovens entre 14 e 24 anos. Na leitura dos resultados, podemos perceber que o risco é pouco influenciado pelo contexto social do lugar de residência, pois somente apresenta efeito significativo para jovens de cor parda, sendo 1,13 para o contexto social baixo e 1,16 para o contexto social médio. Para jovens de cor branca, o efeito do contexto social não foi significativo, enquanto para jovens de cor preta o efeito foi de proteção para o risco no caso de residirem em contexto social baixo ou médio em relação ao contexto

social alto, ou seja, jovens de cor preta residentes em contexto social alto apresentam um risco maior de estarem em situação de desafiliação institucional. Na reflexão desse resultado, é relevante lembrar que as áreas de ponderação definidas pelo IBGE não discriminam as áreas de favelas e que existe uma importante incidência desse tipo de moradia na RMRJ, em contextos aqui definidos como de alto *status*. Ou seja, no processo de favelização da cidade do Rio de Janeiro, sobressai exatamente o grande número de favelas incrustadas em áreas nobres da cidade, principalmente pela ocupação de morros e encostas. Como

vimos na parte descritiva deste artigo, 25% da população preta é moradora em favelas localizadas nos contextos de alto *status*, sendo que nessas favelas os pretos representam 20% da população. Tal presença marcante de favelas nessas áreas da cidade afeta as estimativas para as áreas de ponderação classificadas como de alto *status*, pois, apesar de as favelas não expressarem o tipo de separação total observado no caso dos guetos americanos, a segregação social entre a área de favela e seu entorno rico expressa a existência de mundos sociais entre os quais prevalecem fortes diferenças de condições de vida (renda, escolaridade, conforto habitacional etc.), de padrões de organização social (tipo, tamanho e composição familiar, por exemplo), além das relacionadas a um complexo e dissimulado sistema de interações fundadas no estigma social, a ponto de a linguagem cotidiana ter incorporado a expressão “favelado” como categoria do jogo das distinções sociais fundado na hierarquia estamental, usada legitimamente na sociabilidade corrente, pela mídia e pelo poder público. Seria impossível, no quadro deste artigo, desenvolver argumentos que expliquem as razões do fato de a proximidade territorial desses mundos sociais justapostos não criar vantagens para os que estão na base da estrutura social, nesse caso, o incentivo aos jovens para a busca de inserção social via escola e/ou trabalho. Em outros termos, a co-presença no espaço desses grupos sociais parece não suscitar ple-

namente dimensões positivas do fenômeno sociológico conhecido como “efeito pares”. Estudos posteriores poderão mostrar de que forma a presença de favelas em áreas nobres da cidade afeta a desafiliação institucional de jovens pretos, o que não ocorre com os pardos. Contudo, supomos que estamos diante de efeitos não esperados de mudanças nas expectativas dos jovens quanto ao seu lugar na sociedade; efeitos estes decorrentes tanto da exposição aos meios de comunicação de massa e do aumento do nível de escolaridade quanto do processo de socialização ocorrido pela interação com jovens moradores fora da favela e com posições sociais superiores. Trata-se de dois mecanismos geradores de incongruências entre o *status* social esperado pelos jovens pretos moradores em favela e o efetivamente realizado através da estrutura de oportunidades existente (Lensky, 1954). Os jovens recusam a ocupação a que podem ter acesso, geralmente relacionada ao trabalho manual, informal e aos serviços pessoais ou domiciliares, porque, tendo alcançado níveis de escolaridade superiores aos dos adultos do seu grupo de referência, percebem essa ocupação como socialmente desvalorizada. Também não têm incentivo à continuação do estudo, tanto em razão de a escola pública ser socialmente desvalorizada quanto por não perceberem essa via como capaz de permitir o alcance de suas expectativas de ascensão social⁹.

⁹ A hipótese de o comportamento dos jovens das camadas populares, especialmente os assim chamados “negros”, diante das instituições da sociedade, ser orientado pelos efeitos da incongruência de *status* foi explorada por Sansone (2003).

Tabela 12: Estimativa do efeito do contexto social e da cor sobre a desafiliação de jovens entre 14 e 24 anos – RMRJ – 2000

	Risco relativo			
	RMRJ	Brancos	Pretos	Pardos
Preto	1,15	–	–	–
Pardo	0,98	–	–	–
Renda familiar <i>per capita</i> até 1/2 SM	3,12	3,08	2,78	3,17
Renda familiar <i>per capita</i> de 1/2 SM a 1 SM	1,51	1,44	1,47	1,55
Clima educativo domiciliar de até 4 anos	1,32	1,47	1,12	1,25
Clima educativo domiciliar de 4 a 8 anos	1,15	1,24	0,94	1,12
Contexto social baixo <i>status</i>	1,02*	1,03*	0,73	1,13
Contexto social médio <i>status</i>	1,02*	1,02*	0,69	1,16

(*) Não significante para $\alpha = 0,05$.

Fonte: Elaboração própria com dados do Censo Demográfico de 2000 (IBGE, 2002).

Conclusões: as fronteiras urbanas têm cores?

A motivação principal deste trabalho foi gerar algumas evidências empíricas que permitissem refletir a hipótese da “racialização” da estrutura de desigualdades expressa no território através da segregação residencial, tomando a metrópole do Rio de Janeiro como estudo de caso. Procuramos enquadrar a reflexão dessa hipótese em dois debates presentes no mundo acadêmico brasileiro: de um lado, o orientado por hipóteses veiculadas pela literatura internacional sobre tendências contemporâneas de crescentes conexões entre os macromecanismos de reprodução das desigualdades sociais e os micromecanismos de segregação residencial nas grandes cidades, e, de outro lado, o debate nacional a respeito da dimensão “racial” das desigualdades sociais.

Não pretendemos que a análise aqui empreendida seja considerada uma demonstração da inexistência de relevância da “raça” nos processos de produção e reprodução das desigualdades sociais através dos mecanismos que organizam socialmente o território, distribuindo pessoas, recursos e oportunidades a partir da estrutura social e da sua histórica “racialização”. Pretendemos, antes de tudo, que os resultados obtidos chamem a atenção para a complexidade da questão. Nesse sentido, de acordo com os resultados descritos, chegamos às conclusões que passamos a expor e que dialogam com as indagações expostas no início do artigo.

Em primeiro lugar, a cor autodeclarada dos indivíduos tem forte influência

sobre os riscos de desvantagens sociais, examinadas em nossa análise, relacionadas ao acesso ao bem-estar social urbano e à estrutura de oportunidades, atingindo de maneira mais significativa os segmentos pretos. Não obstante, constatamos que a cor não explica integralmente a reprodução das desigualdades. Os resultados empíricos do nosso trabalho indicam a forte relevância dos contextos em que crianças e jovens são socializados e adquirem recursos tangíveis e intangíveis necessários ao acesso, presente e futuro, aos recursos da cidade. Destacam-se as resultantes da aquisição prévia de parcelas dos capitais econômico e escolar pelos grupos familiares a que pertencem crianças e jovens. Constatamos, também, que esse acesso está condicionado às características do contexto social conformado pelo lugar de residência, apesar de tratarmos de fatos sociais (atraso escolar, evasão escolar, gravidez precoce e desfiliação institucional) altamente dependentes dos contextos mais imediatos (familiares e domiciliares). Além disso, não encontramos sinais evidentes de homologia entre as desigualdades produzidas pela estratificação segundo a cor e as resultantes da organização social do território, no que concerne tanto à distribuição dos indivíduos no espaço quanto às chances de acesso ao bem-estar urbano e às oportunidades. Os brancos, pretos e pardos de contextos que concentram fortemente adultos com baixa escolaridade experimentam igualmente piores condições urbanas de vida que os pretos e pardos de contextos com mais

alto *status*. Essas observações permitem pôr em dúvida a hipótese presente na literatura sobre a existência do fenômeno da segregação “racial” na cidade brasileira (Pinto, 1998; Telles, 2003; Garcia, 2009). Mas, se não encontramos sinais de “racialização” das desigualdades geradas pelos efeitos da organização social do território, constatamos diferenças nos condicionantes das chances de brancos, pardos e negros terem acesso às oportunidades. Tal fato resulta da constatação de que os brancos são mais negativamente afetados em suas chances de aproveitamento das oportunidades em decorrência de contextos familiares, domiciliares e urbanos menos desfavoráveis do que os pardos e, em especial, os pretos. Estes, por sua vez, seriam menos afetados em razão de sua cor já implicar em desvantagem de ponto de partida, que parece não ser anulada pelo fato de viverem em contextos mais favoráveis. Tal fato pode significar que as históricas desigualdades sociais entre os grupos de cor na sociedade brasileira podem estar articuladas com as decorrentes da formação de meios sociais urbanos pouco favoráveis ao aproveitamento das estruturas de oportunidades. Nesse sentido, em futuras pesquisas, seria interessante e útil considerar os mecanismos de discriminação descritos por Guimarães (1999), que, atuando nos planos da socialização dos indivíduos, da vida cotidiana e do funcionamento das instituições, naturalizam as desigualdades “raciais” ao mesmo tempo que as transformam em seus “tropos sociais”.

Referências

- ÁLVAREZ-RIVADULLA, María José. *Asentamientos irregulares en Montevideo: la desafiliación resistida*. Montevideo: FCS/UdelaR, 2002. Documentos de trabajo, Serie Monografías n. 18.
- BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo: ensaio sociológico sobre as origens, as manifestações e os efeitos do preconceito de cor no município de São Paulo*. São Paulo: Anhembi, 1955.
- BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. Classes populaires et classes moyennes en centre rénové. In: HAUMONT, N. (Org.). *La Ville: agrégation et ségrégation sociales*. Paris: L'Harmattan, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. Efeitos do lugar. In: _____. (Org.). *A Miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- DUNCAN, Otis Dudley; DUNCAN, Beverly. A Methodological analysis of segregation indices. *American Sociological Review*, Chicago, v.20, no. 2, p. 201-217, abr. 1955.
- FENELON, Jean-Pierre. *Qu'est-ce que l'analyse des donnés?* Paris: Lefonen, 1981.
- FERNANDES, Florestan. *A Integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Nacional, 1965.
- GARCIA, Antônio dos Santos. *Desigualdades raciais e segregação urbana em antigas capitais: Salvador, cidade D'Oxum, e Rio de Janeiro, cidade de Ogum*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo; HUNTLEY, Lynn. *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- HALSENBALG, Carlos A. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- IBGE. Departamento de Estudos de população. *Censo demográfico de 2000: documentação dos microdados da amostra*. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.
- ITABORAÍ, Nathalie Reis. Trabalho feminino e mudanças na família no Brasil (1984-1996). *Revista Brasileira de Estudos de População*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 157-176, 2003.
- KAZTMAN, Ruben. *Aislamiento social de los pobres urbanos: reflexiones sobre la naturaleza, determinantes y consecuencias*. Buenos Aires: Siempre/Unesco, 2001.
- KAZTMAN, Ruben; RETAMOSO, Alejandro. Segregación espacial, empleo y pobreza en Montevideo. *Revista de la Cepal*, Santiago del Chile, n. 85, abr. 2005.
- LENSKY, Gerhard E. Status crystallization: a nonvertical dimension of social status.

American Sociological Review, Washington, v. 19, no.1, p.405-413, 1954.

PINTO, Luiz Aguiar Costa. *O Negro no Rio de Janeiro: relações de raça numa sociedade em mudança*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Segregação residencial: teorias, conceitos e técnicas. In: MOYSES, A. (Org.). *Cidade: segregação urbana e planejamento*. Goiânia: UCG, 2005.

_____. A dimensão metropolitana da questão social: ensaio exploratório. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 31, 2007, Caxambu. *Anais...* Caxambu: Anpocs, 2007.

_____. Proximidade territorial e distância social: reflexões sobre o efeito do lugar a partir de um enclave urbano. *Revista VeraCidade*, Salvador, v. 7, p. 113-127, 2008.

_____; KOSLINSKI, Mariane Campelo. Fronteiras Urbanas e Oportunidades Educacionais: o caso do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 33., 2009, Caxambu, MG. *Anais...* Caxambu, MG: ANPOCS, 2009.

_____; LAGO, Luciana Corrêa do. A oposição favela-bairro no Rio de Janeiro. São

Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 144-154, 2001.

SANSONE, Livio. *Blackness without ethnicity: constructing race in Brazil*. New York: St. Martin's Press, 2003.

SANTOS, Wanderley Guilherme. *Razões da desordem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

SARAVI, Gonzalo A. Entre la evasión y la exclusión social: jóvenes que no estudian ni trabajan. Una exploración del caso argentino. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, no. 189, p. 68-84, ene./feb., 2004.

SILVA, Nelson do Valle. *White Non-white income differentials: Brasil 1960*. 1978. Tese (Doutorado em Sociologia) – University of Michigan, Ann Arbor, 1978.

TELLES, Edward. Racial distance and region in Brazil: the case of marriage among color groups. *Latin American Research Review*, Texas, v. 28, no. 2, p. 141-162, 1993.

_____. *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; Fundação Ford, 2003.

WILLIAMSON, Howard. *Youth and policy: contexts and consequences, young men, transition and social exclusion*. England: Ashgate, 1997.

Resumo

Pretendemos gerar elementos empíricos que permitam a reflexão da existência de segregação racial na metrópole brasileira. Tomamos como ponto de partida o nexo estrutural entre organização social do território e mecanismos de produção/reprodução das desigualdades sociais. Avaliamos a relação entre posição social e cor na explicação das desigualdades intra-urbanas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro com base no Censo Demográfico de 2000. Para o estudo da posição social, construímos uma tipologia socioespacial apoiada no clima educativo do domicílio. Construímos, ainda, um conjunto de indicadores da relação entre posição social no espaço, cor e diferenças de condições habitacionais e de acesso a oportunidades sociais.

Palavras-chave: segregação racial, segregação residencial, desigualdades sociais, favela.

Abstract

We intend to generate empirical elements to allow reflection about racial segregation in Brazilian metropolis. We took as our starting point the structural nexus between social organization of the territory and mechanisms of production/reproduction of social inequalities. We took in account the relation between social status and color into the explanation to the intra-urban inequalities in Rio de Janeiro Metropolitan Region taking as basis the Demographic Census of the year 2000. To the study of social status, we built a socio-spatial typology based on the educational atmosphere of the residence. We built, in addition, a set of indicators of the relation between social position, color and differences in habitational conditions and in access to social opportunities.

Keywords: racial segregation, residential segregation, social inequality, slums.

Recebido em julho de 2008. Aprovado para publicação em novembro de 2008

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro é Professor Titular do IPPUR/UFRJ e Coordenador do Observatório das Metrôpoles / Instituto do Milênio - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Pesquisador do CNPq.

Filipe Souza Corrêa é Mestrando em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ e Pesquisador assistente da Rede Observatório das Metrôpoles.